



CONTRATO DE SOLUÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DATA CENTER

Pelo presente instrumento, de um lado **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO**, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.077.618/0001-85, estabelecida na Avenida Presidente Vargas nº 1878 – Jardim Goiás, no município de Rio Verde, estado de Goiás, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e **LCSTECH COMERCIAL LTDA - EPP**, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.133.353/0001-46 estabelecida na Av. Portugal nº 1740, Conj. 22, sala 01 – Santa Cruz do José Jacques, no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, doravante, será denominado **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, conjuntamente, **PARTES**; têm por justo e contratado o fornecimento de equipamentos e a prestação de serviços especificados nas cláusulas a seguir na forma de solução de Data Center integrando todos os recursos de infraestrutura física, elétrica e dados numa configuração simples, escalável e flexível.

Serão em sua integralidade aplicáveis à entrega da solução, na seguinte ordem de prioridade, os documentos a seguir:

- O **CONTRATO** - A aceitação do presente Contrato implicará a aceitação expressa e sem reservas de todas as Cláusulas contidas, com renúncia a quaisquer outras condições que estejam em contradição ou não tenham sido expressamente pactuadas entre as partes na Proposta.
- Todas as disposições contidas na Proposta, fazem parte integrante do presente Contrato, e todo o detalhamento dos serviços gerenciados que incluem os serviços de operação, suporte técnico e monitoramento, fazem parte integrante do presente contrato e aqui será denominado como **ANEXO I**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente instrumento, a **CONTRATADA** obriga-se ao fornecimento de serviços de manutenção preventiva programada e corretiva do Data Center Comigo, conforme detalhadamente descrito nos exatos termos do **ANEXO I**. Não está incluído no objeto do presente contrato, a correção do Data Center decorrente de má execução ou ausência de respeito as normas técnicas e ainda por possíveis falhas no projeto detectados, que serão relatados no laudo de vistoria técnica.

Parágrafo Primeiro: Pela solução e serviços pactuados, a **CONTRATANTE** pagará **R\$ 480.000,00** (quatrocentos e oitenta mil REAIS), da seguinte forma:

- Valor Mensal de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), sendo que a primeira parcela será faturada após o 13º mês.
- Para manutenção do valor da moeda, o valor mensal dos serviços ora contratados serão reajustados anualmente pelo IGPM, e ou, por outro índice que o substitua

Parágrafo Segundo: Os faturamentos dos valores acima serão realizados ora diretamente pela **CONTRATADA**, ora diretamente pelos Distribuidores/Fornecedores autorizados, sendo devidos pela **CONTRATANTE** àquele que os faturou. Contudo, o faturamento realizado pelo Distribuidor/Fornecedor autorizado não desobriga a **CONTRATADA** pelas obrigações aqui assumidas.



Parágrafo Terceiro: Havendo atraso no pagamento, será devido multa moratória de 2% (dois por cento), correção monetária pelo IGPM e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;

Parágrafo Quarto: Ocorrendo atraso no pagamento superior a 30 (trinta), os serviços, a critério da CONTRATADA, poderão ser suspensos, até a regularização do débito.

Parágrafo Quinto: Em caso de mora superior a 60 (sessenta) dias, o contrato, a critério da CONTRATADA, poderá ser rescindido, ficando a CONTRATANTE obrigada ao pagamento dos serviços até então prestados e seus devidos encargos, além da multa prevista na cláusula décima quinta.

CLÁUSULA SEGUNDA –Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, e assim permanecerá pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar de referida data. Por oportuno, as Partes ratificam todos os atos praticados anteriormente à data de assinatura deste instrumento, naquilo que não conflitar com o presente Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – As despesas operacionais como deslocamento aéreo e terrestre, estadia, alimentação e hospedagem, quando necessário, ocorrerão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – São obrigações da CONTRATANTE, além de outras previstas neste instrumento e seus ANEXOS:

- a) Efetuar os pagamentos nos prazos e valores ajustados, comunicando prontamente à CONTRATADA eventuais erros nas notas fiscais, deduções ou retenções.
- b) Comunicar formalmente à Coordenação de Serviços da CONTRATADA qualquer caso de insatisfação com relação ao serviço prestado ou qualquer outro problema relativo à atuação da CONTRATADA através do e-mail coordenacao.mss@lcs.com.br.
- c) Informar a CONTRATADA caso não receba o boleto de pagamento com 02 (Dois) dias de antecedência do vencimento através do e-mail: faturamento@lcs.com.br.
- d) Permitir que a CONTRATADA, através de seus empregados designados, tenha acesso aos locais de entrega, instalações e manutenções dos Equipamentos/ Serviços, nos dias e horários a serem estabelecidos pela CONTRATANTE.
- e) Fornecer no prazo de 07 (sete) dias da assinatura do presente contrato as plantas e demais documentações técnicas pertinentes ao objeto de suporte e manutenção deste contrato para posterior análise que comporão o laudo de vistoria técnica do projeto e funcionamento do Data Center.
- f) Caso existam irregularidades que não atendam as melhores práticas para permitir o funcionamento adequado da Sala Cofre, as mesmas serão apontadas e discutidas com a Contratante. Uma vez que a CONTRATANTE tome ciência dessas irregularidades deverá proceder a regularização do projeto e funcionamento do Data Center conforme estabelecido no laudo de vistoria técnico, bem como efetuar o pagamento complementar de serviços a ser ajustado entre as partes, até a efetiva regularização do Data Center conforme laudo apresentado, que irá fazer parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste instrumento e seus ANEXOS:

- a) Alocar somente profissionais qualificados e habilitados a prestarem os serviços contratados;

- b) Controlar a execução e finalização dos serviços através de uma ferramenta de controle de chamados/reclamações;
- c) Encaminhar relatório técnico, descrevendo os problemas, as tarefas realizadas e a solução adotada;
- d) Determinar o nível de atendimento das necessidades;
- e) Manter devidamente em ordem o local de trabalho durante e após a execução dos serviços;
- f) Fornecer à CONTRATANTE todos os dados solicitados relativamente aos serviços contratados, que se fizerem necessários ao bom entendimento e acompanhamento dos serviços.
- g) Enviar os documentos de cobrança pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência do respectivo vencimento.
- h) Realizar laudo técnico em até 30 (trinta) dias após entrega da documentação descrita no item "e" da CLÁUSULA QUARTA, estabelecendo as falhas de projeto detectados, bem como as não conformidades de acordo com as normas inerente a criação do Data Center, que estará excluído do objeto do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Sobrevindo despesas de caráter extraordinário e indispensável à conclusão ou boa qualidade da prestação do serviço, as partes se obrigam a reunir para deliberar sobre o assunto.

CLÁUSULA SÉTIMA – A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento dos salários e remunerações de seus funcionários, bem como de todos os demais encargos de natureza trabalhista, previdenciária e securitária, ficando certo que entre os seus funcionários e terceiros que vier a alocar para a prestação de serviços de manutenção em relação a CONTRATANTE não haverá nenhuma relação ou vínculo trabalhista. Na hipótese de medida judicial perante a Justiça do Trabalho, movida por empregado, preposto ou terceiro alocado pela CONTRATADA, haja vista que está se obriga a assumir imediatamente o polo passivo da ação, pleiteando a exclusão da CONTRATANTE da lide.

Parágrafo único: A CONTRATANTE se obriga a não contratar, sob qualquer justificativa, funcionários cujo último contrato de trabalho tenha sido com CONTRATADA durante o período de vigência do presente contrato e em período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias após a sua rescisão. Caso a CONTRATANTE descumpra a presente cláusula fica a mesma obriga a pagar multa em favor da CONTRATADA no valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Cada uma das partes deverá cumprir rigorosamente com as obrigações tributárias a que estiverem sujeitas por imposição de leis federais, estaduais e municipais. A CONTRATANTE efetuará os descontos e as retenções na fonte determinadas pela lei vigente dos valores a serem pagos à CONTRATADA ou Distribuidores/Fornecedores autorizados.

CLÁUSULA NONA – Em nenhuma hipótese as partes serão responsáveis por danos indiretos, consequências, lucros cessantes e perdas de negócios incorridos pela parte contrária em razão da execução do presente contrato. Na hipótese de uma das partes causar dano à outra, deverá indenizá-la exclusivamente dos danos diretos comprovadamente ocorridos.

CLÁUSULA DÉCIMA – Todos os eventos ocorridos ao longo da execução do Contrato que se caracterizem como caso fortuito ou força maior e que, comprovadamente, interfiram no desenvolvimento dos trabalhos, nos prazos e nos custos ou preços serão causas de exclusão de responsabilidade.



Parágrafo primeiro: Serão considerados caso fortuito ou força maior, conforme previsto no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil, aqueles eventos imprevisíveis e inevitáveis, desde que não causados por erro, culpa ou dolo de qualquer das Partes, seus empregados, subcontratadas ou fornecedores.

Parágrafo segundo: As greves que atinjam apenas ao pessoal da CONTRATADA, ou de suas subcontratadas, não serão consideradas como eventos enquadráveis na definição de caso fortuito ou força maior.

Parágrafo terceiro: Parte que sofrer os efeitos dos eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior nos termos acima, deverá notificar a outra Parte, no prazo máximo de 7 (sete) dias, sobre a ocorrência do evento, incluindo todas as informações necessárias para se comprovar a existência das circunstâncias descritas nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Além de outras hipóteses já contempladas neste instrumento, o mesmo poderá ser rescindido mediante simples comunicação, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

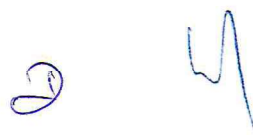
- a) Por qualquer das partes, se outra entrar em liquidação, tiver sua falência requerida ou decretada ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial;
- b) Por qualquer das partes, na ocorrência de descumprimento pela parte contrária, mesmo que parcial, de qualquer de suas obrigações assumidas neste instrumento ou dispostas em lei, sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula Décima Sexta deste contrato;
- c) Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, cuja duração impeça o cumprimento das obrigações ora assumidas por um período superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: Nenhuma das Partes poderá ser considerada em mora quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, quando a causa ou atraso se der por ocorrência de eventos de força maior ou caso fortuito, nos termos do artigo 393 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A CONTRATADA, na execução dos serviços contratados, terá acesso a algumas das dependências da CONTRATANTE e poderá vir a ter acesso a informações confidenciais de propriedade da CONTRATANTE ou de propriedade de terceiros sob sua posse, tais como arquivos, senhas de acesso, procedimentos, *know-how*, "Aptidão Técnica", processos de industrialização, armazenagem e transporte, mas a estas não se limitando. Fica convencionado que todas as informações da CONTRATANTE a que a CONTRATADA tiver acesso em razão da presente contratação serão consideradas confidenciais.

Parágrafo Único: O compromisso de confidencialidade e as obrigações reconhecidas nesta cláusula subsistirão ao término do presente contrato, por tempo indeterminado, até que se torne de domínio público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Toda e qualquer tolerância quanto ao cumprimento, por qualquer das partes, das condições estabelecidas no presente contrato, não significará alteração das disposições ora pactuadas, assim como o não exercício de qualquer dos direitos que lhes assegurem este contrato não constituirá causa de novação, sendo facultado à parte



afetada, a qualquer momento, exigir o cumprimento integral das condições contratuamente pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Notificações e/ou comunicações às partes deverão ser enviadas por escrito ao endereço constante no preâmbulo deste contrato, por meio de carta protocolada, carta registrada, (sendo neste caso, exigido o respectivo aviso de recebimento fornecido pelo serviço postal) ou, via Cartório de Títulos e Documentos. As partes deverão informar uma à outra por escrito sobre qualquer alteração no endereço para envio de notificações, sob pena de arcar, cada uma delas, com os prejuízos advindos de sua respectiva omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Não se estabelece por força do presente contrato vínculo societário de fato ou de direito entre as partes, não constituindo o objeto do presente contrato associação a qualquer título entre as partes, permanecendo cada uma das partes independente e exclusivamente responsável pelas obrigações que assumir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Fica estabelecida multa de 10% (dez por cento) correspondente ao total do contrato à parte que der causa a rescisão não observando o prazo previsto na cláusula décima primeira, ou que, por motivo de dolo ou culpa, venha a desrespeitar qualquer cláusula deste instrumento.

Parágrafo primeiro: Caso haja rescisão contratual durante o período de carência, salvo por culpa da CONTRATADA, a CONTRATANTE fica obrigada a pagar os meses de serviços prestados no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil) reais por mês, cujo vencimento ocorrerá 10 dias após a rescisão.

Parágrafo segundo: Caso após a entrega do laudo técnico conforme item f da cláusula quarta, não haja acordo entre as partes em relação às irregularidades do projeto do Data Center e, conseqüentemente, a CONTRATANTE não concorde em proceder o pagamento complementar para correção das mesmas, será entendido que, qualquer serviço de suporte prestado em decorrência dessas irregularidades, serão tratados como serviço adicional à parte das condições de pagamento pactuadas neste contrato, ficando a CONTRATANTE obrigada ao pagamento desses serviços, no importe de R\$ 333,33 (trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) ao dia de serviço executado.

Parágrafo terceiro: Nesses casos, se houver a necessidade de substituição de peças em função de danos aos equipamentos causados pela não correção das irregularidades apontadas no Laudo Técnico, será de responsabilidade da CONTRATANTE o ônus de aquisição das mesmas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Fica eleito pelas partes o foro da comarca de RIO VERDE /GO para dirimir quaisquer litígios decorrentes do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

Por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima enunciadas, as partes assinam em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.



Ribeirão Preto/SP, 01 de março de 2016.



CONTRATADA:

LCSTECH COMERCIAL LTDA - EPP

CNPJ: 06.133.353/0001-46

Marco Antonio Diz Motooka
Diretor
CREA-SP 0601471149
CPF 044.090.478-17

CONTRATANTE:

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE
GOIANO

CNPJ: 02.077.618/0001-85

Dourivan Cruvinel de Souza
Vice - Presidente
Adm - Financeiro
CPF: 038.925.141-00
COMIGO

TESTEMUNHAS:

Lathaine da Silveira

Nome: Lathaine da Silveira

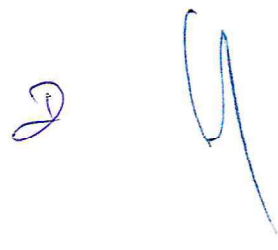
CPF: 368.926.118-00

Rafael Carlos Azeite

Nome: Rafael Carlos Azeite

CPF: 380.711.928-05

ANEXO I
(Proposta Técnica)

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' followed by a vertical line and a small hook.

2

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' followed by a long, sweeping horizontal line.